

ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ANÁPOLIS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, DE REGISTROS PÚBLICOS E AMBIENTAL

Processo: 5491034.66.2017.8.09.0006

Promovente: Ministério Público Do Estado De Goiás

Promovido: Antonio Roberto Otoni Gomide

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, devidamente representado nos autos por intermédio do Promotor de Justiça em exercício nesta Comarca de Anápolis, ajuizou esta ação civil pública por ato de improbidade administrativa cumulada pedido de reparação de danos em face dos réus **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE, PEDRO PAULO FONSECA PRADO, CLODOVEU REIS PEREIRA, JOÃO BATISTA GOMES PINTO, LEONARDO VIANA SILVA, ALÍRIO GOMES PEREIRA JÚNIOR, LISIEX JOSÉ BORGES, ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e PHARCONS CONSULTORIA LTDA.**

Como sustentáculo da pretensão, verbera que os requeridos, durante a execução das obras de reforma e ampliação do prédio sede da Câmara Municipal de Anápolis, objeto de contrato celebrado em virtude da Concorrência Pública 10/13, praticaram ato de improbidade administrativa que gerou prejuízo financeiro ao Erário.

Narra que, inicialmente, o Município de Anápolis contratou a empresa **PHARCONS CONSULTORIA** para confeccionar um projeto arquitetônico de reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal de Vereadores.

Diz que o projeto foi finalizado em 2013, durante a gestão do Prefeito réu **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE** que ordenou, subsequentemente, a realização de licitação para contratar empresa de engenharia com expertise para executá-lo.

Conta que o réu **CLODOVEU REIS PEREIRA** exercia, na época, o cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e, cumprindo a ordem do Prefeito **ANTÔNIO ROBERTO**, promoveu a realização da Concorrência Pública nº 10/2013 onde se sagrou vitoriosa a empresa ré **ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

Conta que a firma **ALBENGE ENGENHARIA** foi contratada para executar a obra projetada por empreitada e previsão de preço global estimado de R\$ 17.103.870,04 (dezesete milhões, cento e três mil, oitocentos e setenta reais e quatro centavos), celebrando-se o contrato n.º 08/2014 que estabelecia prazo de 24 (vinte e quatro) meses para conclusão do serviço arquitetônico.

Ressalva, contudo, que o projeto arquitetônico elaborado pela firma **PHARCONS** e o projeto estrutural elaborado pela ré **ALBENGE** continham graves erros de engenharia que prejudicaram a regular execução da obra e geraram paralisia do empreendimento com evidente prejuízo para as atividades legislativas do ente público municipal.

Explica que réu **PEDRO PAULO FONSECA PRADO**, atuando na condição de engenheiro vinculado à Secretaria de Obras do Município, preparou um termo de referência prevendo uma metragem diversa daquela constante do projeto arquitetônico. Diz que o projeto arquitetônico também falhou na individualização do espaço onde seria realizada mera reforma e no espaço onde se daria ampliação da construção, gerando confusão acerca do real objeto da obra pública. Narra que os réus **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE** e **CLODOVEU REIS PEREIRA**, atuando respectivamente como Prefeito e Secretário de Obras, subscreveram o termo de referência defeituoso, aquiescendo com a falha do servidor **PEDRO PAULO**.

Sustenta que a incompatibilidade existente entre os projetos arquitetônico e estrutural desaguou na execução equivocada da obra, produzindo-se erros construtivos flagrantes como a edificação do pé-direito com altura muito abaixo da permitida pelas normas legais e que inviabiliza, inclusive, a ocupação e a utilização de parte do prédio.

Conta que vários ambientes do prédio da Câmara apresentam pé direito efetivo na altura de 2,10 metros e restringido pela presença de grandes vigas, reduzindo a altura útil para comportar e trafegar pessoas, estando, dentre essas seções defeituosas, sob o ponto de vista arquitetônico, parte do Auditório do Plenário, sala de reunião das comissões, Foyer do Plenário e a área de circulação do primeiro pavimento.

Narra que a falta arquitetônica é flagrante porque as normas técnicas de engenharia e a Lei Complementar Municipal 120/06 estabelecem como altura mínima para o pé-direito o patamar de 2,25 metros, havendo prejuízo para permanência e o fluxo de pessoas no prédio abaixo deste número.

Aponta outras faltas arquitetônicas na execução do serviço de engenharia, estando, dentre elas, a realização de furos irregulares nas vigas de concreto para colocação da instalação hidrossanitária; ausência de implementação de sistema de impermeabilização para proteção contra umidade do solo; falhas na montagem das armaduras a ponto de se expor as ferragens na parede externa que circunda parte do prédio; a

presença de nichos de concretagem que prejudicam a durabilidade das estruturas e a existência de fissuras na alvenaria decorrente de provável movimentação estrutural.

Afirma que o réu **ALÍRIO GOMES PEREIRA JÚNIOR** atuava como engenheiro municipal designado para controlar e fiscalizar a obra, mas, apenas depois de passados mais de um ano desde o início do trabalho, em 13/04/2015, é que finalmente decidiu atestar a ocorrência dos equívocos estruturais do projeto executado, revelando, assim, desídia no exercício de seu trabalho de medição.

Conta que, na data de 13/04/15, já haviam sido realizadas 19 (dezenove) medições e autorizado o pagamento total de R\$ 7.194.684,37 (sete milhões, cento e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos) por meio de empenhos gerados por ordem do réu **JOÃO BATISTA GOMES PINTO**, que, na época, havia assumido o cargo de Prefeito em sucessão ao antigo gestor **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE**.

Informa que a requerida **ALBENGE ENGENHARIA**, não obstante os erros estruturais cometidos por ela própria na execução do serviço, abandonou a obra em abril de 2016 depois de completar apenas 42,06% do projeto contratado.

Narra que na época os réus **JOÃO BATISTA GOMES, LEONARDO VIANA e ALÍRIO GOMES PEREIRA** ocupavam, respectivamente, os cargos públicos de Prefeito, Secretário Municipal de Obras e Engenheiro responsável por fiscalizar a obra e, mesmo cientes das irregularidades, nada fizeram para reverter a situação de abandono do empreendimento e punir a empresa **ALBENGE ENGENHARIA**.

Sustenta que o Presidente da Câmara Municipal na época, réu **LISIEUX JOSÉ BARBOSA**, também se omitiu na fiscalização do projeto e deixou que a casa legislativa por ele presidida ficasse desprovida de sede para funcionamento a pretexto de que esta responsabilidade competia apenas ao Município de Anápolis.

Ressalva que a obra já está paralisada a mais de 01 (um) ano e 06 (seis) meses, ficando o prédio onde funcionava a Câmara Municipal abandonado, exposto às intempéries do tempo e sofrendo ocupação por parte de vândalos.

Narra que a casa legislativa se viu obrigada, ainda, a transferir suas atividades para 05 (cinco) prédios improvisados que tiveram que ser alugados com gasto de recursos públicos que poderiam ser poupados caso a sede do órgão tivesse sido terminada no prazo contratual estabelecido.

Imputa às empresas réis, por conta da atuação imperita de seus engenheiros, a responsabilidade pela confecção errônea dos projetos, bem como, pela execução defeituosa do empreendimento que desaguou

na paralisa da obra e prejuízo para o exercício da atividade legislativa municipal.

Defende que os réus ocupantes de cargos públicos não zelaram pela higidez do projeto e deixaram conscientemente de fiscalizar a execução da obra, contribuindo para o resultado arquitetônico danoso com suficiência para se caracterizar a prática de ato de improbidade administrativa.

Sustenta que os prejuízos materiais, estruturais e as despesas com custeio de aluguéis advindos do ato ilícito somam hoje a quantia atualizada de R\$ 638.528,40 (seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), não estando computado eventual superfaturamento.

Defende a incidência de dano moral coletivo decorrente do abalo da reputação administrativa do Município de Anápolis por conta da paralisação prolongada da obra fundada na ocorrência de falhas estruturais flagrantes.

Assevera que as empresas requeridas e os réus ocupantes de cargos públicos devem ser compelidos ao ressarcimento dos prejuízos causados ao ente público, consistente no valor de R\$ 638.528,40 a título de dano material; R\$ 1.000.000,00 a título de dano moral coletivo e R\$ 3.277.048,80 para pagamento de multa civil, gerando, assim, condenação total de R\$ 4.915.577,20 (quatro milhões, novecentos e quinze mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos), nos termos do artigo 3º, da Lei Federal n. 8.429/92.

Solicita em sede de liminar a indisponibilidade de todos os bens móveis e imóveis pertencentes aos requeridos e as empresas réas para possibilitar, ao final, possível recomposição do patrimônio público que teria sido vilipendiado.

No mérito, roga o julgamento de procedência da ação civil e a consequente condenação dos réus **ANTÔNIO ROBERTO, PEDRO PAULO, CLODOVEU REIS, JOÃO BATISTA GOMES, LEONARDO VIANA, ALÍRIO GOMES e LISIEX JOSÉ BORGES** nas penas civis de ressarcimento integral do dano causado, multa civil de até duas vezes o montante deste prejuízo, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, previstas no artigo 12, inciso II, da Lei 8.429/92.

Concomitantemente, requer a condenação das rés **PHARCONS CONSULTORIA e ALBENGE ENGENHARIA** ao pagamento de indenização pelos danos materiais, dano moral coletivo e lucros cessantes advindos da conduta ilícita.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, pontuo que a moderna jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considera plenamente possível que o juízo singular aprecie de imediato o pedido cautelar incluído na petição inicial da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, independentemente da prévia notificação do réu outrora detentor de função pública; exatamente como ocorre no caso destes autos. Vejamos:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA... PREJUÍZO AO ERÁRIO... INDISPONIBILIDADE DE BENS E SEQUESTRO. DEFERIMENTO NOS AUTOS DA AÇÃO PRINCIPAL, A TÍTULO LIMINAR. POSSIBILIDADE... *É pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual, para o enquadramento de condutas no art. 11 da Lei n. 8.429/92 (tipo em tese cabível à presente hipótese concreta), é despicienda a caracterização do dano ao erário e do enriquecimento ilícito. Precedentes. 9. Ante sua natureza acautelatória, a medida de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa pode ser deferida nos autos da ação principal sem audiência da parte adversa e, portanto, antes da notificação a que se refere o art. 17, § 7º, da Lei n. 8.429/92. Precedentes. (STJ ? DJE DE 08/10/2010). Grifei.*

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR. INDISPONIBILIDADE E SEQUESTRO DE BENS. REQUERIMENTO NA INICIAL DA AÇÃO PRINCIPAL. DEFERIMENTO DE LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS ANTES DA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. POSSIBILIDADE. *É lícita a concessão de liminar inaudita altera pars (art. 804 do CPC) em sede de medida cautelar preparatória ou incidental, antes do recebimento da Ação Civil Pública, para a decretação de indisponibilidade (art. 7º, da Lei 8429/92) e de sequestro de bens, incluído o bloqueio de ativos do agente público ou de terceiro beneficiado pelo ato de improbidade (art. 16 da Lei 8.429/92), porquanto medidas assecuratórias do resultado útil da tutela jurisdicional, qual seja, reparação do dano ao erário ou de restituição de bens e valores havidos ilicitamente por ato de improbidade. Precedentes do STJ (STJ ? DJE 17/12/2008). Grifei.*

Assim, passo sem demora à valoração do pleito cautelar.

No que tange ao pedido de indisponibilidade dos bens móveis e imóveis pertencentes aos réus para se prevenir a possível recomposição patrimonial do Erário, considero que subsiste fundamento jurídico suficiente para adoção desta medida acautelatória.

Conforme revela a vasta documentação que acompanha a peça inicial, existem indicativos preliminares suficientes para apontar que os requeridos, durante a execução das obras de reforma e ampliação do prédio sede da Câmara Municipal de Anápolis, objeto de contrato celebrado em virtude da Concorrência Pública 10/13, teriam aparentemente praticado atos comissivos e omissivos que se sucederam no histórico de evolução do empreendimento e se avolumaram até desaguar ao final e, ao cabo, na paralisação súbita e injustificada da construção com manifesto prejuízo financeiro ao Erário Municipal.

O detalhamento da possível responsabilidade civil de cada réu, por óbvio, será melhor compreendido e aprofundado no curso da instrução que se avizinha, mas, por ora, existem elementos prefaciais suficientes para se antever que praticamente todos os réus, em maior ou menor projeção, seja na condição de agentes públicos, seja na condição de empresas participantes da obra, podem ter contribuído, em tese, para a sucessão de faltas que desaguarão no incontroverso malogro do empreendimento.

No que se refere a confecção e posterior execução dos projetos estruturais e arquitetônicos, pode-se retirar das manifestações das empresas que se encarregaram destas iniciativas, no caso, a firma ré **PHARCONS CONSULTORIA**, contratada para elaborar o projeto preliminar de reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal e, ainda, a empresa ré **ALBENGE ENGENHARIA**, vencedora da licitação realizada para escolher a executora da obra, uma confissão tácita de que severas incongruências técnicas na definição de balizas arquitetônicas elementares do empreendimento se revelaram no curso da evolução construtiva da obra e, a certo instante, mostraram-se insuperáveis a ponto de inviabilizar sua continuidade.

As empresas demandadas que atuaram em momentos distintos do histórico arquitetônico, sendo a primeira ré **PHARCONS** responsável pela feitura do projeto preliminar, e a segunda ré **ALBENGE**, responsável pela execução final do projeto, procuraram se colocar em posições antagônicas e tentaram transferir para os ombros de cada uma delas a responsabilidade pela produção dos erros técnicos confessados, mas, afóra a imputação cruzada de culpa, ambas deixaram claro que a obra estacionou mesmo por inconsistência arquitetônica das projeções. Vejamos:

?Em um primeiro plano, vale destacar que a PHARCONS CONSULTORIA LTDA foi contratada apenas para elaborar os Projetos Básicos de Arquitetura, conforme contrato de nº107/2012 (anexo 01) celebrado com a Prefeitura Municipal de

Anápolis- GO, para a referida obra em questão, os quais foram realizados e enviados a mesma, cujas cópias seguem em anexo (anexo 02), onde pode-se verificar que os projetos arquitetônicos foram elaborados dentro de um conceito preparado para compatibilizar uma estrutura completamente diferente da que foi realizada no canteiro de obras. (...) No entanto, ainda que sem obrigação contratual, a PHARCONS CONSULTORIA LTDA, realizou junto ao escritório contratado para fazer os projetos estruturais e complementares, pela empresa responsável pela obra, a compatibilização entre o projeto arquitetônico e os projetos auxiliares, e se colocou à disposição para sanar quaisquer dúvidas que surgissem eventualmente, haja vista se tratar de uma obra de grande repercussão pública. (?) Entretanto, após a compatibilização entre os projetos, houveram alterações substanciais nos projetos estruturais e complementares, as quais não foram levadas ao conhecimento da PHARCONS CONSULTORIA LTDA para nova compatibilização. Deste modo, como a PHARCONS CONSULTORIA LTDA não se faz presente no canteiro de obras, em face da ausência de previsão contratual ou legal, ou seja, não foi contratada para realizar a gestão ou fiscalização da obra, as implicações de tais alterações não foram levadas ao seu conhecimento, para que Ela pudesse pelo menos alertar sobre a incompatibilidade do que foi realizado, ocorrendo assim, os problemas estruturais apontados. (?) Deste modo, quando houver a necessidade de alteração no projeto base, em virtude da incompatibilidade, o correto seria dar ciência a quem elaborou os projetos arquitetônicos para, em conjunto, realizar as modificações necessárias, o que não foi observado no presente caso, culminando nas divergências apresentadas em obra. (?) Nesse contexto, o projeto de estrutura apresenta vigas de grandes dimensões, dentre as quais estão as vigas VP220 e VP224, que ao serem adotadas no projeto estrutural não se atentou ao impacto causado no projeto de arquitetura, tendo como consequência, o comprometimento do uso dos ambientes sobre os quais as referidas vigas foram projetadas.? (Ofício PHARCONS CONSULTORIA LTDA, Evento nº01).Grifei.

?(...) Conforme se pode constatar das anotações feitas em Diários de Obras, (documentos inserto no anexo 04) desde o início da obra se verificaram inconsistências e/ou ausências de elementos nos projetos licitados e que foram entregues pelo Município de Anápolis/contratante à empresa ALBENGE Engenharia/contratada, bem

como se verificou a não elaboração de projetos necessários para construção da obra em comento. (?) Em razão dessas inconsistências e/ou ausências de projetos, o cronograma contratado da obra sofreu atrasos, principalmente em decorrência das readequações e ajustes feitos nos Projetos de Fundação e CONTENÇÃO, com aumento de quantitativos e, também, devido à necessidade de se fazer outras readequações aos projetos, ou seja, ajustes nos projetos de Arquitetura, Estrutura de Concreto Armado, Estrutura Metálica, Ar condicionado, Elétrico, Acústico e Prevenção e Combate a Incêndio, o que, consequentemente, acarretou maiores dificuldades e atrasos na execução da obra. Os ajustes/ readequações nos projetos nos Arquitetura, Estrutura de Concreto Armado, Estrutura Metálica, Ar condicionado, Elétrico, Acústico e Prevenção e Combate a Incêndio não foram concluídos e entregues à Albenge Engenharia até a interrupção da execução da obra em maio de 2016. (?) Em razão da ausência das adequações e detalhamentos dos projetos, no mês de janeiro de 2016, a maioria dos serviços executados na obra eram secundários, o que levou a uma redução das frentes de serviços. Pois, os serviços principais e necessários para impulsionar o cronograma dependiam totalmente dos ajustes e detalhamentos dos projetos supracitados, que estavam a cargo do MUNICÍPIO/Prefeitura de Anápolis. (?) Ressalte-se que independentemente da necessidade vital dos ajustes, readequações e detalhamentos nos supracitados projetos, para a conclusão da obra, a ALBENGE Engenharia executou todos os serviços que eram passíveis de serem executados sem os ajustes nos projetos, trabalhando até o final do mês de maio de 2016, aguardando o recebimento parcial da obra, devido ao exaurimento do prazo contratual.? (Ofício ALBANGE Engenharia, evento nº 01). Grifei.

O total descompasso técnico dos projetos, aliás, também foi atestado por vistorias realizadas no canteiro de obras, tanto pelo **CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás**, como também pela Coordenação de Apoio Técnico Pericial do Ministério Público Estadual, revelando existir aparente incompatibilidade entre os projetos arquitetônico e estrutural que desaguou na execução equivocada do empreendimento.

Os vistoriadores apontaram a incidência de erros construtivos flagrantes como a edificação do pé-direito com altura muito abaixo da permitida pelas normas legais e que inviabiliza, inclusive, a ocupação e a utilização de parte do prédio.

Não bastasse, apontaram ainda a ocorrência de outras faltas arquitetônicas na execução do serviço, estando, dentre elas, a realização de furos irregulares nas vigas de concreto para colocação da instalação hidrossanitária; a ausência de implementação de sistema de impermeabilização para proteção contra umidade do solo; a presença de falhas na montagem das armaduras a ponto de se expor as ferragens na parede externa que circunda parte do prédio; a presença de nichos de concretagem que prejudicam a durabilidade das estruturas e a existência de fissuras na alvenaria decorrente de provável movimentação estrutural.

De se ver que os profissionais engenheiros destas instâncias de avaliação sublinharam também que os erros de engenharia presentes nos projetos arquitetônico e estrutural que vitimaram a continuidade da obra eram flagrantes e não deveriam ter sido levados à final execução antes de serem sanados. Veja:

?O objetivo geral deste trabalho foi verificar a regularidade da obra de reforma e ampliação da Câmara Municipal de Vereadores de Anápolis- GO, apresentando as inconformidades técnicas e legais verificadas na vistoria e nas análises documentais relativas à obra. (?) Após a realização da vistoria, os integrantes, individualmente, procederam com a análise dos projetos executivos da obra que foram apresentados pela construtora (Albenge Engenharia Indústria e Comércio), com intuito de verificar aspectos de compatibilidade e funcionalidade dos mesmos. (?) As constatações apresentadas são incongruências graves decorrentes da inobservância de preceitos básicos de Engenharia. A origem das irregularidades técnicas e legais podem ser atribuídas a diversos fatores de responsabilidades dos profissionais envolvidos, tanto na elaboração dos projetos, quanto na execução e na fiscalização da obra. A não observância de normas técnicas na elaboração dos projetos, na execução e na fiscalização da obra poderão ensejar a necessidade de aditivos contratuais com aumento do tempo de execução e de custos para correção ou adequação das falhas apresentadas.? (Vistoria CREA/GO, evento nº 01). Grifei.

?Averiguar possíveis danos ao erário decorrente da realização da obra de ampliação e reforma da Câmara de Vereadores de Anápolis- GO, referente ao contrato Nº 088/2014 firmado entre a construtora Albenge Engenharia Indústria e Comércio Ltda e a Prefeitura de Anápolis, conforme cláusulas devidamente discriminadas nos autos (201500412220, fls. 94 a 105). (?) Foram constatados vários vícios construtivos

reincidentes que demonstram problemas crônicos de qualidade da obra e a consequente insuficiência técnica nas práticas dos trabalhos. De forma lamentável a execução da obra cometeu equívocos inadmissíveis em serviços de engenharia, consequentes de projetos onde não houve a efetiva preocupação em se compatibilizar os elementos estruturais com a concepção arquitetônica originalmente pensada para esta edificação. Vários ambientes da Câmara de Vereadores apresentam pé direito efetivo restringido pela presença de grandes vigas, reduzindo a altura útil para comportar e trafegar pessoas nesses ambientes. (?) A situação mais crítica é dos ambientes, por falhas de compatibilidade entre o projeto estrutural e o arquitetônico, que apresentam restrições ao tráfego de pessoas decorrente do baixo pé-direito, conforme apontado no item 5.1 deste laudo. (?) Pode-se destacar que os principais problemas envolveram falhas de ordem técnica decorrente da incompatibilidade entre os projetos arquitetônico e estrutural, que embora tenham sido percebidos durante a execução da obra ainda assim foram realizados.? (Vistoria CATEP, evento nº 01). Grifei.

Nessa linha, registro que a tentativa de imputação cruzada de culpa patrocinada pelas empresas requeridas se presta neste momento inicial da lide muito mais para se conferir plausibilidade à tese meritória de impropriedade técnica flagrante dos projetos que deveria ter sido evitada por atuação diligente dos prepostos engenheiros que foram destacados por ambas as empresas requeridas para executar os serviços delegados pelo Município de Anápolis.

A extensão da responsabilidade técnica de cada uma das firmas rés na elaboração defeituosa e na execução malograda do projeto, por óbvio, será melhor aclarada no curso da lide, mas, por ora, os dados preliminares e a confissão tácita das faltas técnicas se revelam suficientes para robustecer a narrativa contida na inicial que sinaliza para ocorrência de possível comportamento improbo previsto no artigo 10 e 11 da Lei 8.429/92.

Na mesma linha, havendo indicativos robustos da ocorrência de erros técnicos flagrantes nos projetos arquitetônicos e estruturais, cresce em nível de verossimilhança a imputação de responsabilidade concomitante aos requeridos **ANTÔNIO ROBERTO, PEDRO PAULO, CLODOVEU REIS, JOÃO BATISTA, LEONARDO VIANA e ALÍRIO GOMES**, que, na época dos fatos, ocupavam as posições públicas responsáveis por dirigir o processo de gestão do empreendimento e velar por sua perfeita conclusão em prestígio ao princípio constitucional da eficiência previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

De fato, constituía responsabilidade dos agentes públicos réus delimitar as balizas claras para implementação da obra, fiscalizar a atuação das empresas contratadas e providenciar a interrupção dos pagamentos vinculados aos contratos celebrados tão logo ficaram evidentes os primeiros erros técnicos que, por fim, geraram os impedimentos construtivos intransponíveis.

Em sentido inverso, contudo, surgem dos subsídios contidos nos autos a percepção de que os agentes públicos demandados aparentemente teriam se omitido durante o processo de curadoria da obra, em maior ou menor extensão, deixando que o cronograma construtivo avançasse imprudentemente sem adotar nenhuma iniciativa efetiva para providenciar sua correção.

Nessa linha, a título de pequena e superficial individualização das condutas imputadas, passíveis de aprofundamento no curso da instrução, vemos que o projeto estrutural preliminar foi finalizado em 2013, durante a gestão do Prefeito réu **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE** que ordenou, subsequentemente, a realização de licitação para contratar empresa de engenharia com expertise para executá-lo.

Na época, é fato que o réu **CLODOVEU REIS PEREIRA** exercia o cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e, cumprindo a ordem do Prefeito **ANTÔNIO ROBERTO**, promoveu a realização da Concorrência Pública nº 10/2013 para escolher a empresa que iria executar o projeto arquitetônico.

O réu **PEDRO PAULO FONSECA PRADO**, por sua vez, atuava na condição de engenheiro vinculado à Secretaria de Obras do Município e, cumprindo ordens do Prefeito e do Secretário de Obras, teria preparado o termo de referência que, aparentemente, previa uma metragem diversa daquela constante do projeto arquitetônico e deixava também de individualizar suficientemente o espaço onde seria realizada mera reforma e o espaço onde se daria ampliação da construção.

A confusão acerca do real objeto da obra pública parece ter se iniciado neste instante de elaboração dos marcos preliminares de engenharia, mas, os réus **ANTÔNIO ROBERTO e CLODOVEU REIS**, atuando respectivamente como Prefeito e Secretário de Obras, não se atentaram para as omissões e subscreveram o termo de referência aparentemente defeituoso apresentado por **PEDRO PAULO**.

Naquele instante prefacial, portanto, parece ter sido plantado pelos réus **ANTÔNIO ROBERTO, PEDRO PAULO e CLODOVEU REIS** o detalhamento defeituoso de referências técnicas que, mais adiante, gerou o descompasso entre o projeto arquitetônico elaborado pela **PHARCONS** e o projeto estrutural elaborado pela **ALBENGE** contendo os graves erros de engenharia que prejudicaram a regular execução da obra.

Não bastasse o aparente comportamento omissivo destes réus nos instantes prefaciais do empreendimento, por sua vez, temos também que os agentes públicos que os sucederam na gestão executiva do Município de Anápolis a partir de 04/04/2014, no caso, os requeridos **JOÃO BATISTA, LEONARDO VIANA e ALÍRIO GOMES**, parecem ter prosseguido no caminho administrativo alheio que já vinha sendo trilhado pelos antecessores desde o início do processo construtivo.

Assim, temos que, a partir de 04/04/14, os réus **JOÃO BATISTA GOMES, LEONARDO VIANA e ALÍRIO GOMES** passaram a ocupar, respectivamente, os cargos de Prefeito, Secretário Municipal de Serviços e Engenheiro responsável por fiscalizar aquela obra e, mesmo cientes das irregularidades que se avolumavam naquela época, parecem ter optado por se omitir, deixando de adotar providências para reverter a situação de abandono da construção e para punir a empresa ré que executava projeto sem possibilidade técnica de ser concluído.

O réu **ALÍRIO GOMES** passou a atuar como engenheiro municipal designado para controlar e fiscalizar a obra e teria atestado a ocorrência dos erros estruturais do projeto executado apenas a partir de 13/04/2015, revelando, assim, possível desídia no exercício do trabalho de medição.

Na época, por sua vez, mesmo diante do avanço dos problemas estruturais, o Prefeito **JOÃO BATISTA GOMES** e o Secretário Municipal **LEONARDO VIANA** autorizaram a emissão de empenhos administrativos liberando o pagamento total de R\$ 7.194.684,37 (sete milhões, cento e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos) em proveito da empresa ré que executava o projeto deficitário e que abandonaria definitivamente a obra em abril de 2016 depois de completar apenas 42,06% do projeto contratado.

Os subsídios preliminares, pois, sinalizam que estes requeridos ocupantes de cargos públicos aparentemente não zelaram pela higidez do projeto e deixaram de fiscalizar satisfatoriamente a execução da obra, contribuindo para o resultado arquitetônico danoso com suficiência para se caracterizar a prática de ato de improbidade administrativa previsto no art. 10, incisos XI, XII e artigo 11, inciso e 11 da Lei 8.429/92.

Uma vez recepcionada a presença de indicativos preliminares suficientes para se discutir a imputação de improbidade administrativa, afigura-se também pertinente adotar medida acautelatória para se garantir a efetividade do provimento final de mérito, pois a demora na conclusão do feito poderá dar ensejo à frustração das ações necessárias para recomposição financeira do Erário.

Na esteira das medidas possíveis e recomendáveis, insere-se a desejada indisponibilidade do patrimônio dos gestores e empresas representados para imobilizar bens móveis e imóveis que possam

futuramente garantir a reposição dos prejuízos públicos ocorrentes, nos termos do artigo 7º da Lei 8429/92.

Veja:

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Neste ponto, aliás, pertinente destacar que o STJ já vaticinou a desnecessidade de comprovação cabal do prejuízo financeiro da Administração e o risco de dano eminente logo no início da tramitação da ação civil pública para se permitir a adoção da medida patrimonial restritiva. A cautelar de indisponibilidade de bens deve ser entendida não como tutela de urgência, mas, sim, como tutela de evidência que decorre naturalmente da gravidade dos fatos investigados e do dano possivelmente sofrido pelo Erário, presumindo-se, conseqüentemente, o periculum in mora. Vejamos:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 7º DA LEI 8.429/1992. VIOLAÇÃO CONFIGURADA. PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. FUMUS BONI IURIS PRESENTE. 1. Trata-se, na origem, de Ação Civil de ressarcimento de danos ao Erário combinada com pedido liminar de indisponibilidade de bens e exibição de documentos contra deputados, servidores e gestores da Assembleia Legislativa estadual alegadamente responsáveis por desvios do montante aproximado de R\$ 1,9 milhão (valor histórico). A petição inicial decorre da apuração de denúncia de desvio e apropriação indevida de recursos do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso por meio de pagamentos a empresas inexistentes ou irregulares - fatos esses relacionados com a chamada Operação Arca de Noé, deflagrada pela Polícia Federal e Ministérios Públicos, referente ao Grupo João Arcanjo Ribeiro e à empresa Confiança Factoring Fomento Mercantil. Há notícia de várias Ações Cíveis Públicas propostas e danos da ordem de R\$ 100 milhões. 2. Requerida a indisponibilidade de bens, foi ela indeferida

na origem, por ausência de periculum in mora. A irresignação do Ministério Público, acolhida em decisão monocrática, está amparada na tese da verossimilhança demonstrada documentalmente e do periculum in mora implícito. 3. O Tribunal de origem negou o pedido de liminar para a decretação de indisponibilidade de bens dos ora agravantes, pois, apesar de "razoavelmente configurado o pressuposto do fumus boni iuris" (fl. 2.148), o periculum in mora não teria sido demonstrado, porquanto, para tal, seria necessário provar de forma efetiva que os réus estariam dilapidando seu patrimônio. 4. Está consolidado o entendimento no STJ de que a decretação de indisponibilidade dos bens não se condiciona à comprovação de dilapidação efetiva ou iminente de patrimônio, já que visa, justamente, a evitar o esvaziamento patrimonial futuro, estando, portanto, o periculum in mora presumido se constatados fortes indícios, como se afigura no presente caso, da prática de atos de improbidade administrativa. (STJ - Ministro HERMAN BENJAMIN ? DJE DE 26/04/2017). Grifei.

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. PERICULUM IN MORA PRESUMIDO...1. Caso em que a Corte de origem, muito embora tenha admitido a existência de indícios da prática de atos de improbidade administrativa, afastou a indisponibilidade decretada pelo Juízo de primeiro grau, baseando-se apenas na ausência de demonstração de "risco de desfazimento de bens pelos requeridos". Nesse contexto, ao menos nesse juízo de cognição sumária, típico dos provimentos de natureza cautelar, o acórdão objeto do apelo especial divergiu da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 2. Com efeito, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.319.515/ES, Rel. para o acórdão Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 21/9/12, assentou que, "no caso da medida cautelar de indisponibilidade, prevista no art. 7º da LIA, não se vislumbra uma típica tutela de urgência [...], mas sim uma tutela de evidência, uma vez que periculum in mora não é oriundo da intenção do agente dilapidar seu patrimônio e, sim, da gravidade dos fatos e do montante do prejuízo causado ao erário, o que atinge toda a coletividade". Na mesma oportunidade, restou consignado que "a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que causa dano ao erário, estando o periculum in mora implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual 'os atos de improbidade importarão a suspensão dos

direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível". Em suma, decidiu-se que "o periculum in mora, em verdade, milita em favor da sociedade, representada pelo requerente da medida de bloqueio de bens". 3. Presentes os requisitos que autorizam o deferimento do pedido de concessão da medida liminar requestada, impunha-se o restabelecimento da decisão que decretou a indisponibilidade dos bens do réu na ação de improbidade, o que se deu mediante a decisão ora agravada.(STJ ? DJE DE 25/11/2014). Grifei.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 7º DA LEI Nº 8.429/92. TUTELA DE EVIDÊNCIA. COGNIÇÃO SUMÁRIA. PERICULUM IN MORA. EXCEPCIONAL PRESUNÇÃO... Na busca da garantia da reparação total do dano, a Lei nº 8.429/92 traz em seu bojo medidas cautelares para a garantia da efetividade da execução, que, como sabemos, não são exaustivas. Dentre elas, a indisponibilidade de bens, prevista no art. 7º do referido diploma legal. 3. As medidas cautelares, em regra, como tutelas emergenciais, exigem, para a sua concessão, o cumprimento de dois requisitos: o *fumus boni juris* (plausibilidade do direito alegado) e o *periculum in mora* (fundado receio de que a outra parte, antes do julgamento da lide, cause ao seu direito lesão grave ou de difícil reparação). 4. No caso da medida cautelar de indisponibilidade, prevista no art. 7º da LIA, não se vislumbra uma típica tutela de urgência, como descrito acima, mas sim uma tutela de evidência, uma vez que o *periculum in mora* não é oriundo da intenção do agente dilapidar seu patrimônio e, sim, da gravidade dos fatos e do montante do prejuízo causado ao erário, o que atinge toda a coletividade. O próprio legislador dispensa a demonstração do perigo de dano, em vista da redação imperativa da Constituição Federal (art. 37, §4º) e da própria Lei de Improbidade (art. 7º). 5. A referida medida cautelar constritiva de bens, por ser uma tutela sumária fundada em evidência, não possui caráter sancionador nem antecipa a culpabilidade do agente, até mesmo em razão da perene reversibilidade do provimento judicial que a deferir. 6. Verifica-se no comando do art. 7º da Lei 8.429/1992 que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o *periculum in mora* implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da

Constituição... 7. O periculum in mora, em verdade, milita em favor da sociedade, representada pelo requerente da medida de bloqueio de bens, porquanto esta Corte Superior já apontou pelo entendimento segundo o qual, em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário, esse requisito é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92. Precedentes. 8. A Lei de Improbidade Administrativa, diante dos velozes tráfegos, ocultamento ou dilapidação patrimoniais, possibilitados por instrumentos tecnológicos de comunicação de dados que tornaria irreversível o ressarcimento ao erário e devolução do produto do enriquecimento ilícito por prática de ato ímprobo, buscou dar efetividade à norma afastando o requisito da demonstração do periculum in mora (art. 823 do CPC), este, intrínseco a toda medida cautelar sumária (art. 789 do CPC), admitindo que tal requisito seja presumido à preambular garantia de recuperação do patrimônio do público, da coletividade, bem assim do acréscimo patrimonial ilegalmente auferido. (STJ ? DJE DE 21/09/2012). Grifei.

Igualmente, registro que, em atenção à permissão legal contida no art. 3º da Lei 8.429/92, deve-se estender a ordem cautelar de indisponibilidade de bens para alcançar também o patrimônio das empresas requeridas que, mesmo privadas de caráter público institucional, aparentemente se beneficiaram dos atos ímprobos que são objeto de investigação. Vejamos:

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta. Grifei.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FRAUDE EM LICITAÇÕES PÚBLICAS. INDISPONIBILIDADE DE BENS. CABIMENTO...
Hipótese em que existente nos autos forte prova quanto à prática dos atos narrados na inicial da ação civil pública, bem como o prejuízo causado ao erário, restando evidenciados indícios de conduta ilegal consistente na formação de um esquema articulado para fraudar licitações públicas. Tal circunstância autoriza a indisponibilidade de bens da empresa agravante, apesar de inexistir, por ora,

comprovação da intenção de transferência de qualquer espécie em dinheiro a terceiros ou dilapidação do patrimônio. Não se faz necessário, para o deferimento da medida de indisponibilidade de bens, que tal se dê somente sobre o patrimônio adquirido em virtude dos atos ilegais. A indisponibilidade justifica-se pela necessidade de restituição ao erário, na hipótese de procedência do pedido da ação civil pública, relativamente aos danos causados, preservando, desta forma, o interesse público, que, por certo, se sobrepõe ao particular. (TJRS - Agravo de Instrumento Nº 70070296934, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 28/09/2016). Grifei.

No que tange ao alcance da indisponibilidade, a regra contida no art 7º, parágrafo único, da Lei 8429/92, estipula que a constrição cautelar deve abranger uma quantidade de bens estimada em valores suficiente para garantir a recomposição do prejuízo efetivamente causado ao Erário, que, no caso particular dos autos, estão por ora estimados no valor total de R\$ 1.638.528,40 (um milhão, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), representado pelo somatório do dano material advindo da paralisia da construção e quantificado em R\$ 638.528,40 (seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), acrescido da projeção de dano moral coletivo no montante de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais). Revisitemos, aliás, o texto da norma jurídica:

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito. Grifei.

Os réus indicados para suportar os efeitos da medida cautelar de indisponibilidade, por óbvio, serão aqueles sobre os quais recaem os indicativos preliminares de participação na prática dos atos ímprobos, nos termos da extensa fundamentação delineada nesta decisão, ficando solidariamente responsáveis pela necessidade de se garantir o juízo civil os demandados **ANTÔNIO ROBERTO, PEDRO PAULO, CLODOVEU REIS, JOÃO BATISTA, LEONARDO VIANA, ALÍRIO GOMES, ALBENGE**

ENGENHARIA e PHARCONS CONSULTORIA, respeitando-se, na medida do possível, a proporcionalidade na implementação da medida restritiva.

No que se refere à individualização das responsabilidades pela indisponibilidade de bens, contudo, devo ressaltar finalmente que não divisei, em análise prefacial, a presença de fundamentos legais suficientes para estendê-la ao réu **LISIEUX JOSÉ BORGES**.

O ente ministerial sustentou na peça inicial que **LISIEUX JOSÉ BARBOSA**, na época dos fatos, ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, e também teria se omitido na fiscalização do projeto, deixando que a casa legislativa por ele presidida terminasse desprovida de sede, devendo, por isso, ser responsabilizado civilmente em idêntica proporção que os demais agentes públicos que atuaram no caso.

Em análise preliminar deste tópico, entretanto, que poderá ser melhor aprofundada após a resposta inicial dos envolvidos, não divisei dados fáticos que apontem, por ora, para a caracterização de omissão em nível suficiente para tipificação deste aventado ato de improbidade.

Os elementos juntados, por ora, sinalizam que o réu LISIEUX, mesmo ocupando o cargo de Presidente da Câmara Municipal que seria reformada e ampliada, não detinha necessariamente o poder direto de gestão administrativa do processo licitatório e de fiscalização da obra com suficiência para intervir em sua condução com a independência necessária para dirigir seu curso, nem mesmo para interrompê-lo, caso assim desejasse fazê-lo.

De se ver que a iniciativa construtiva foi implementada através do protagonismo do Município de Anápolis, que, por óbvio, concentrou as decisões administrativas de condução do projeto apenas nas mãos dos agentes públicos que lhe eram diretamente vinculados e ficaram responsáveis por dirigir com autonomia o processo licitatório, contratar as empresas que iriam executar a obra, fiscalizar o andamento dos trabalhos, medir o quantitativo de construção realizada e, por fim, empenhar os pagamentos.

Neste contexto institucional de preponderância da atuação do Município, creio que o réu LISIEUX, na condição de Presidente do Poder Legislativo que seria beneficiado com a reforma de sua sede, certamente deveria ter interesse de ver o empreendimento adequadamente concluído e poderia buscar interferir na decisão dos gestores diretos da construção para atingir este objetivo salutar.

A natureza desta interferência, contudo, me parece muito mais de caráter meramente facultativo/participativo que vinculante, não se podendo pretender que guardasse equiparação ao exercício real de um poder administrativo de decisão, que, como vimos, estava reservado apenas aos gestores escalados pelo Executivo para a curadoria daquela obra.

Por isso, sem prejuízo de retomar a valoração do tema após a resposta prefacial dos réus, opto por excluir o requerido **LISIEX JOSÉ BORGES** dos efeitos da medida cautelar de indisponibilidade de bens, reservando-a, apenas, aos demais representados **ANTÔNIO ROBERTO, PEDRO PAULO, CLODOVEU REIS, JOÃO BATISTA, LEONARDO VIANA, ALÍRIO GOMES, ALBENGE ENGENHARIA e PHARCONS CONSULTORIA**.

Diante do exposto, defiro parcialmente o pleito cautelar para decretar a indisponibilidade de valores, bens móveis e imóveis registrados em nome dos requeridos **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE, PEDRO PAULO FONSECA PRADO, CLODOVEU REIS PEREIRA, JOÃO BATISTA GOMES PINTO, LEONARDO VIANA SILVA, ALÍRIO GOMES PEREIRA JÚNIOR, ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO e PHARCONS CONSULTORIA**, em valor suficiente para garantir a recomposição do dano ao Erário no valor estimado total de R\$ 1.638.528,40 (um milhão, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), devendo persistir a restrição até final conclusão do feito, sem prejuízo dos proprietários atingidos permanecerem na posse direta dos eventuais bens móveis e imóveis imobilizados na condição de fiéis depositários, ficando, inclusive, dispensada a lavratura de termo e caracterizada a vinculação a partir da intimação da decisão.

Nessa linha, objetivando conferir não apenas efetividade, como também proporcionalidade à ordem liminar de indisponibilidade de bens, ordeno que se promova de início, via sistema **BACENJUD**, a implementação solidária do bloqueio integral do valor que se faz necessário para garantia do juízo em contas bancárias mantidas pelos réus perante instituições financeiras nacionais. Uma vez efetivado o protocolamento inicial e recebidas as respostas preliminares, promova-se avaliação dos resultados positivos e adequação proporcional do bloqueio entre os réus para dividir entre todos, tanto quanto possível, os efeitos do encargo cautelar.

Após, caso a diligência de bloqueio de numerário em contas dos réus não seja suficiente para propiciar garantia integral do juízo, promova-se, via sistema **RENAJUD**, a implementação da restrição de domínio de veículos registrados em nome dos requeridos perante os Órgãos oficiais de trânsito, ficando ressalvada, contudo, a possibilidade de circulação e instituído o encargo de fiel depositário.

Deixo definido que os réus que porventura sofrerem os efeitos da ordem cautelar de indisponibilidade que recaia sobre numerário ou restrição veicular, poderão demonstrar em juízo a ocorrência de situação excepcional que justifique a liberação desta garantia, devendo, contudo, oferecer obrigatoriamente substituição pertinente de idêntica eficácia patrimonial representada por imóvel, fiança bancária, seguro-garantia ou instrumento similar, apreciando-se este pedido após a oitiva da parte autora.

Em caso de frustração das medidas de restrição implementadas de ofício pelo Juízo via sistema oficial, deverá o autor ministerial apontar eventual existência de bens patrimoniais adicionais para complementação desta garantia, declinando, inclusive, sua localização para se permitir as comunicações acerca da implementação da ordem de indisponibilidade.

Por fim, uma vez vencidas as providências de indisponibilidade e garantido o juízo, notifiquem-se os promovidos para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecerem resposta escrita aos termos da presente ação, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei 8.429/92.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Anápolis, 17 de abril de 2018.

CARLOS EDUARDO RODRIGUES DE SOUSA

Juiz de Direito